

Cadeia produtiva da cachaça registra aumento

Mapa publica anuário sobre a fabricação e consumo da bebida

Da Redação

O Brasil tinha 1.583 estabelecimentos registrados na cadeia produtiva de cachaça no ano passado, 272 a mais na comparação com 2024 – o crescimento de 21% é o maior desde 2018.

O número engloba quem produz a bebida; padroniza cor, aroma e paladar; envasa as garrafas e/ou vende no atacado. Desde 2018, o número de estabelecimentos cresceu 61%.

Os dados são do Anuário da Cachaça publicado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), com a elaboração da Secretaria de Defesa Agropecuária.

O maior número de estabelecimentos estava na Região Sudeste (961), puxado por Minas Gerais (564) e por São Paulo (230). Mais de 62% dos fabricantes, padronizadores, envasadores e atacadistas atuavam naquele estado. A Região Sul tinha 277 estabelecimentos

– puxada pelo Rio Grande do Sul (230). No Nordeste, funcionavam 211 estabelecimentos; no Centro-Oeste, 70; e no Norte, 19.

Em 844 municípios brasileiros, havia ao menos um estabelecimento da cadeia produtiva da aguardente brasileira registrada pelo Mapa.

Entre essas cidades, Salinas (MG) era o município que tinha mais estabelecimentos da cadeia produtiva da cachaça (27). A cidade no norte de Minas era seguida de perto por Alto Rio Doce, na Zona da Mata mineira, com 25 estabelecimentos; e por Viçosa do Ceará, no topo da Serra da Ibiapaba, no noroeste cearense, com 24 estabelecimentos.

Em todo o país, a produção de cachaça manteve (em média) 6.232 postos de trabalho em 2025 – 4,4% do total dos empregos na indústria de fabricação de bebidas.

O Anuário da Cachaça ainda destaca a venda da bebida para o mercado in-



O número engloba quem produz a bebida; padroniza cor, aroma e paladar; envasa as garrafas e/ou vende no atacado

ternacional (76 países). Em 2025, as exportações foram de quase 8 milhões de litros – um crescimento de 19,4% sobre o volume exportado em 2024. O faturamento superou os 17 milhões.

Em valores pagos, os Estados Unidos foram no ano passado o maior comprador. Enquanto o Paraguai foi o país que consumiu o maior volume (1,34 milhão de litros).

Para o presidente do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), Vicente Bastos, a exportação da bebida “continua em um patamar pouco expressivo, especialmente quando consideramos o tamanho do setor e o mercado internacional de destilados”,

conforme declara em nota à imprensa.

A nota do Ibrac assinala que “apesar do crescimento no número de estabelecimentos, produtos, marcas e exportações, o Anuário registra que o volume de produção declarado em 2025 foi de 234,48 milhões de litros, redução de 15,77% em relação ao ano anterior.”

O conjunto de estabelecimentos elaboradores de cachaça em todo o Brasil tem 8.379 produtos registrados no Mapa.

É ilegal produzir e comercializar aguardente sem autorização no Mapa. O ministério orienta que a população consuma apenas cachaças que te-

nam no rótulo o número do registro no ministério.

Produtos não registrados no Mapa podem ter origem em fabricação clandestina e ser falsificados, como aconteceu entre setembro e dezembro de 2025 nas dezenas de casos de mistura e adulteração de bebidas destiladas com metanol.

A intoxicação pelo consumo de bebidas adulteradas pode levar a óbito. Por isso, sua ingestão é considerada emergência médica grave: não pode ser tratada em casa. O consumo pode causar cegueira irreversível, falência dos rins e morte se o tratamento não for iniciado nas primeiras horas.

Aumento de etanol na gasolina divide opiniões

Da Redação

Aprovado recentemente pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o aumento da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 30% para 32% (E32), que entrou em vigor neste sábado (1º), reacendeu o debate sobre os efeitos da medida tanto para o bolso dos consumidores como para o funcionamento dos veículos.

Contrário à mudança, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para suspender a decisão do CNPE até que estudos específicos comprovem a segurança da nova mistura para os motores da frota brasileira.

Já a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioener-

gia (Unica) afirma que a ampliação da mistura fortalece a segurança energética do país, reduz a dependência de gasolina importada e ajuda a conter preços ao consumidor.

De acordo com o MPF, os estudos que embasaram a nova configuração da gasolina (com 32% de etanol) “não demonstraram, de forma conclusiva, os impactos do E32 sobre durabilidade de componentes, emissões, autonomia e compatibilidade com diferentes tipos de veículos”.

Na ação, o MPF aponta riscos de corrosão de peças, desgaste de bombas de combustível e falhas em sistemas de injeção eletrônica, especialmente em motocicletas, veículos antigos e modelos importados.

Os procuradores argu-



MPF questiona segurança da mistura; setor prevê redução de custos

mentam, ainda, que os estudos usados foram elaborados para o E30 e não para validar especificamente a adoção permanente do E32.

Por fim, o MPF argumen-

ta que faltam estudos sobre impactos ambientais indiretos e pede perícia técnica independente.

Para a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioe-

nergia (Unica), o aumento do percentual de etanol na gasolina é algo positivo porque favorece a segurança energética do país, além de reduzir a necessidade de importação de gasolina.

Além disso, acrescenta a Unica, “não há evidências, nos resultados obtidos, de impactos sobre desempenho, dirigibilidade, partida a frio, consumo, emissões ou funcionamento dos veículos em decorrência da adoção do E32”.

A entidade lembra que o E32 foi avaliado em estudos coordenados pelo Ministério de Minas e Energia e realizados pelo Instituto Mauá de Tecnologia. Os testes foram feitos em veículos leves e motocicletas movidos a gasolina, fabricados entre 1994 e 2024.